

# Suprema Corte dos EUA veta leis que criminalizam imigração ilegal

11/07/2025

A **Suprema Corte dos EUA** manteve uma liminar de um tribunal federal de primeira instância que bloqueou a lei da Flórida que criminaliza a entrada de imigrantes indocumentados no estado. A lei impõe pena de prisão a quem violar a proibição.

A decisão da Suprema Corte foi curta e grossa, respondendo a um pedido de emergência do governo da Flórida. Os ministros proibiram o estado de executar a lei até o julgamento do mérito da norma.

As razões do bloqueio foram dadas pela juíza federal Kathleen Williams. A principal delas é a de que a lei estadual conflita com a legislação federal. E, quando há esse conflito, a lei federal prevalece. “Tal medida legislativa provavelmente viola dispositivos da Constituição e se intromete na autoridade federal sobre a imigração”, escreveu a juíza.

O Tribunal Federal de Recursos da 11ª Região se recusou a anular a decisão de primeiro grau. A corte afirmou que as autoridades estaduais já trabalham com o Departamento de Segurança Nacional para executar as leis federais de imigração. “Não vemos como essa lei em particular pode ser uma parte decisiva para mitigar o problema da imigração ilegal”, escreveram os juízes.

A medida legislativa da Flórida, patrocinada pelo governador **Ron DeSantis**, tem a pretensão de ser mais dura do que a legislação federal também em outros aspectos. A norma, por exemplo, não faz exceção para imigrantes com pedidos de asilo (ou de proteção humanitária), nem para aqueles com pedidos de residência legal (*green card*), aguardando finalização do processo.

## Leis draconianas

Sete estados dos EUA, entre os quais a Flórida, aprovaram leis semelhantes. São estados republicanos com a pretensão de serem mais realistas que o rei, pois, de acordo com a lei federal, estar ilegalmente nos Estados Unidos é um ilícito civil – não um crime.

Quando apreendidos pelas forças policiais, imigrantes ilegais são punidos com deportação ou com outros procedimentos de remoção do país, se assim o decidir um juiz de imigração. Mas não com penas de prisão, à exceção dos imigrantes que cruzam a fronteira ilegalmente e podem pegar penas de restrição de liberdade.

As leis de quatro desses estados já foram bloqueadas por tribunais inferiores. Só a da Flórida, por enquanto, foi barrada pela Suprema Corte. As normas dos demais estados ainda não entraram em vigor, mas estão sujeitas ao mesmo destino.

Mas há razões para governadores e parlamentares republicanos desses estados se empenharem nesse esforço legislativo, apesar de saberem que estão violando a legislação federal.

Uma delas é a de que o combate agressivo à imigração ilegal se tornou uma bandeira eleitoral decisiva na campanha presidencial de Donald Trump. Esses governadores, Ron DeSantis à frente, têm pretensões presidenciais. Congressistas sabem que essa plataforma política dá votos.

Outra razão é que apoiar Donald Trump também traz frutos eleitorais. O porta-voz da Procuradoria-Geral da Flórida, Jae Williams, deixou isso claro: “Graças ao presidente Trump, podemos executar a intenção da lei de imigração do estado, através do maior número (287) de acordos com o serviço e imigração.”

Marielam1/Wikimedia Commons



Suprema Corte dos EUA emitiu decisão suspendendo aplicação de leis que criminalizam imigração



DeSantis diz que considera o combate “às forças diabólicas da imigração ilegal” uma proposta vencedora, do ponto de vista eleitoral. Ele fez mais do que isso e anunciou, por exemplo, que uma colaboração com o Departamento de Segurança Nacional resultou na prisão de mais de 1.100 imigrantes indocumentados em uma semana.

Em junho, o estado construiu, a toque de caixa, um centro de detenção improvisado, em uma área de proteção ambiental, perto de Miami, chamada de Everglades. A prisão tem capacidade para encarcerar até 3 mil imigrantes ilegais. E há planos para construção de outros centros de detenção, com capacidade para até 10 mil detentos.

## **Pé esquerdo**

A execução da lei de imigração da Flórida, logo depois de promulgada, começou mal. Em uma operação na fronteira com a Geórgia, em abril, a patrulha rodoviária do estado prendeu um homem de descendência latina, mas que é um cidadão nascido nos Estados Unidos.

Ele ficou preso por 24 horas e foi liberado. O caso rendeu uma disputa judicial, em ação movida por duas organizações de direitos humanos e dois imigrantes ilegais.

Os petionários apresentaram, na ação, basicamente os mesmos argumentos com os quais a juíza federal fundamentou sua decisão: “A lei da Flórida é conflitante com a lei federal; e, de acordo com precedente da Suprema Corte, os estados devem se submeter à lei federal no caso de tais conflitos.”

Acrescentaram que “a lei, promulgada pelo governador republicano Ron DeSantis, em fevereiro, pretende suplantiar ilegalmente o poder do governo federal de executar a lei de imigração”. *Com informações adicionais da National Public Radio (NPR), The Washington Post, Axios e The Guardian.*

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2025-jul-11/suprema-corte-dos-eua-veta-leis-que-criminalizam-imigracao-ilegal/>